

*Artigo

A LEI KANDIR E OS MUNICÍPIOS

Com a estabilização macroeconômica conseguida com o Plano Real, em novembro de 1996, o governo federal implantou a desoneração das exportações de produtos primários e semielaborados por meio da Lei Complementar 87/1996, a chamada Lei Kandir. Ao retirar a obrigação de pagamento do ICMS sobre os produtos exportados, a medida atingiu em cheio a arrecadação dos estados e dos municípios. A administração federal argumentou que precisava aumentar a produtividade e competitividade econômica do país por meio do aumento das exportações e da obtenção de saldos positivos da balança comercial.

Alegou também que a redução na arrecadação do ICMS seria compensada com a elevação de outros tributos e também com o aumento do ICMS gerado ao longo da cadeia produtiva antes da exportação. Além disso, a União assegurou aos estados e municípios uma compensação financeira por meio de um tipo de “seguro-receita” e, mais tarde, criou um fundo de compensações denominado Fundo de Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX). Por meio da emenda constitucional 42/2003 a Lei Kandir foi “constitucionalizada” e ampliada a todo tipo de produto exportado. Ao longo dos vinte anos da implantação da Lei Kandir (1997 a 2017), o governo estadual e os municípios de Mato Grosso foram drasticamente afetados em sua arrecadação por ser uma economia muito alavancada na produção agropecuária primária voltada ao mercado internacional. A economia do estado respondeu muito bem ao impulso exortador da Lei Kandir.

O PIB do estado apresentou verdadeiro crescimento chinês de 9,2% ao ano, saindo de 7,95 bilhões de reais em 1996 para 101,2 bilhões de reais em 2014, segundo o IBGE. A participação no PIB nacional aumentou de 0,69% em 1996 para 1,75% em 2014. As exportações saltaram de US\$ 1,033 bilhão para US\$ 12,6 bilhões em 2016. Entretanto, as compensações financeiras prometidas pelo governo federal nem de perto acompanharam essa evolução vista no campo do crescimento econômico e na expressiva contribuição que o estado tem dado para a obtenção de superávits anuais na balança de pagamentos do país.

Somente a partir de 2004 a União passou a fazer repasses financeiros por meio do FEX para os cofres estaduais e municipais. Assim mesmo de forma muito pífia. Além de limitar em R\$ 1,95 bilhão o montante do FEX para todos os estados e municípios do país, mantém esse valor congelado há mais de 10 anos e nunca fez constar esses valores em sua lei orçamentária anual, ficando os estados e municípios sempre na dependência de receitas excedentes e medidas provisórias para receberem tais recursos.

Para se ter uma pequena dimensão das perdas de Mato Grosso e seus municípios, basta fazermos o seguinte exercício prático. Em 2016 o estado exportou US\$ 12,6 bilhões, o que equivale a 41,5 bilhões de reais, considerando a cotação média do dólar americano em 2016 a R\$ 3,29. Aplicando-se sobre esse montante exportado a alíquota do ICMS de 12%, que seria a tributação caso essas mercadorias fossem comercializadas em território nacional, a arrecadação que o estado deixou de recolher em 2016 foi de R\$ 4,95 bilhões.

Os municípios deixaram de receber o equivalente a R\$ 1,25 bilhão relativos à sua parte constitucional de 25% do ICMS desonerado. No exercício fiscal de 2016 a União repassou para Mato Grosso e seus municípios apenas R\$ 405 milhões a título de compensar as perdas de arrecadação derivadas da Lei Kandir. Menos de 10% dos valores efetivamente não arrecadados.

A proposta que os prefeitos municipais, liderados pela AMM, defendem em conjunto com a CNM e que se tornou proposta de lei em tramitação no Congresso Nacional é de manutenção da atual estrutura da Lei Kandir, alterando-se apenas a forma de compensação financeira por parte da União.

Uma das principais pautas da 1ª. Marcha dos Prefeitos e Vereadores de Mato Grosso, realizada nos dias 10 e 11 de julho, foi apoiar a urgência na tramitação do Projeto de Lei 288/2016, que propõe a compensação integral aos estados e municípios das perdas de receita causadas pela desoneração das exportações, estabelecida pela Lei Kandir. Pretendemos que a unidade política dos prefeitos mato-grossenses possa também aglutinar toda a sociedade, líderes empresariais do agronegócio, da indústria, do comércio, Executivo Estadual, Assembleia Legislativa, Câmaras Municipais e parlamentares da bancada federal para somar apoio ao projeto, de autoria do senador Wellington Fagundes, e elaborado com a participação da AMM e da Confederação Nacional dos Municípios.

Do esforço e participação de todos poderemos expandir as receitas do tesouro estadual e dos municípios, aumentando recursos para investimentos em infraestrutura econômica e social, saúde, educação, segurança, promoção social e, por conseguinte, melhorar a qualidade de vida das famílias mato-grossenses, especialmente daquelas que mais precisam da eficácia das políticas públicas do estado e das prefeituras municipais.

Neurilan Fraga é presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM

*Curtas

Curso de Dança de Salão para iniciantes

A Academia Polly Dance promoverá a partir da próxima semana - dia 19 - um curso de Dança de Salão para iniciantes. As aulas serão todas as quartas e sextas-feiras, às 20h, àquelas pessoas que não sabem dançar nada, porém que tenham interesse em aprender. Os interessados não precisam ter parceiros. O aluno só precisa se matricular e trazer um confortável par de sapatos, pois nas aulas de dança de salão, os alunos aprenderão diversos ritmos. As aulas serão abertas a todo o público, com um custo de R\$ 80. “A pessoa não precisa saber dançar nada. Basta vir e iremos ensinar”, destaca o professor Anderson Santos, ao convidar homens e mulheres para participar deste curso de férias. A Dança de Salão é uma modalidade de dança que pode ser praticada por jovens e adultos de todas as idades. A Dança de salão faz bem ao corpo e ao espírito, fazendo com que todos possam ampliar o ciclo de amizade e de socialização.



Cena Onze

O olhar infantil de Manoel de Barros será apresentado no próximo sábado 15, no Cine Teatro de Cuiabá, na peça ‘Manoel Criança de Barros’, à partir das 20h. O espetáculo encerra mais uma das oficinas de artes cênicas da Cia Cena Onze de Teatro. Participam da apresentação cerca de 90 alunos, dentre crianças e adultos.

Novas parcerias

Na última sexta-feira,07, o prefeito da cidade de Juína, fez uma parceria com Associação Cultural Cena Onze, que coordena a MT Escola de Teatro. Com isso, a cidade, terá cursos de extensão em teatro durante dois anos. A MT Escola de Teatro é parte integrante das ações do Cine Teatro e foi incluída no último edital de gestão compartilhada do espaço.

Impulsionados

Aproximadamente 8,5 mil processos foram impulsionados em Poconé, durante uma força-tarefa promovida pela Corregedoria-Geral da Justiça, de 21 a 30 de junho. Foram dez dias de trabalho ininterruptos dos juízes designados e uma equipe de servidores e assessores. Os magistrados atuaram em regime de cooperação .

Ganha Tempo

A possibilidade de encontrar dezenas de atendimentos de entidades públicas e privadas no mesmo local, num ambiente seguro, climatizado e gratuito, fazem com que o Ganha Tempo da Praça Ipiranga atenda cerca de três mil pessoas todos os dias. Até a primeira quinzena de junho desse ano foram realizados 412.024 atendimentos na unidade.

*Bastidores da Política

Saúde em destaque

Claudinho Frare criticou esta semana a proposta do prefeito Fábio Junqueira de contratar segurança armada 24 horas para a UPA e Hospital Municipal. O vereador disse que a contratação até poderia ser realizada, sem críticas, se o prefeito não tivesse há 15 dias cancelado a contratação de transporte de pacientes dos distritos de São Joaquim, Progresso, São Jorge, Triângulo e Assentamento Antonio Conselheiro.

Frare

“O serviço foi cortado e diz que não tem verba para continuar o pagamento. Mas agora aparece com esse projeto para a contratação de segurança armada. Mais 119 mil reais em despesas. Depois de uma semana de corte dos veículos da saúde, entra aqui na Câmara um projeto para criação de mais cargos”, afirma Frare, ao defender que o prefeito deveria priorizar o transporte de doentes.

Obras da BR-242

Membros da Comissão Permanente Pró-BR 242 se reuniram em Brasília com o presidente Michel Temer e o Ministro Blairo Maggi para reivindicar a retomada das obras de pavimentação da rodovia federal. “Estamos muito confiantes com o resultado desta mobilização que será um marco na história de Nova Ubiratã e das demais cidades do entorno”, pontuou o produtor rural Odir José Nicolodi (Caçula).

Retomada

“Tanto o governador quanto o ministro já sinalizaram apoio à retomada imediata das obras. Agora vamos nos reunir com os órgãos fiscalizadores para obter informações sobre as questões ambientais”, reiterou o prefeito de Nova Ubiratã Valdenir José dos Santos. A comissão aproveitou a oportunidade para discutir a viabilidade da implantação de uma ferrovia interligando a região ao Norte do país.

Teto de Gastos

O secretário-chefe da Casa Civil, José Adolpho, informou que o Governo planeja o encaminhamento da PEC do Teto de Gastos à Assembleia Legislativa ainda no mês de julho, mesmo com os deputados em recesso. Os parlamentares saíram de férias na noite de quarta-feira, 12, e retornam apenas no dia 1º de agosto.

Negociações

O secretário disse que, assim que concluírem as negociações com os poderes, a proposta será enviada ao Legislativo. Na última semana, os presidentes do Tribunal de Justiça, Rui Ramos, e do Tribunal de Contas, Antonio Joaquim, pediram ajustes na proposta. “Mandaremos assim que houver entendimento com os Poderes”.

Congelamento

O texto vem sendo elaborado pelo Governo desde o ano passado. Não há maiores informações a respeito do conteúdo da PEC, apenas alguns pontos são públicos. Sabe-se que o duodécimo - repasses do Executivo para custear despesas dos poderes - ficará congelado por 10 anos, dispositivo que pode ser revisto em 2019.

Pautas-bomba

Já outras medidas, como os projetos de reforma tributária, que deverão reajustar leis para o setor empresarial; e reforma administrativa, com mudanças no modelo do Executivo, ainda não possuem previsão de envio. Outra medida polêmica será o aumento do valor do óleo diesel para custear a Saúde Pública do Estado.

Secretário de Infraestrutura rebate denúncias

Em nota de esclarecimento enviada à imprensa, Selton Vieira, Secretário Municipal de Infraestrutura, rebateu notícia veiculada onde seu nome foi citado, com acusações de desvio de combustíveis. Segue trechos da nota.

“A denúncia infundada traz uma narrativa fantasiosa de que estaria abastecendo máquinas particulares com combustível da Sinfra, não há qualquer irregularidade, pois o controle de consumo de combustível é rigoroso feito por servidores públicos efetivos que desempenham suas funções com zelo. Quanto as imagens circuladas nas redes sociais exibem papéis de controle interno de abastecimento desta secretaria referente a outro contrato, diferente do veiculado no blog. Meu histórico de vida pessoal e profissional, falam por si só, não sou réu em diversos processos criminais. Todos os documentos referentes a esta e a qualquer outra contratação estão disponíveis a todo cidadão de bem que assim o requerer, para analisá-los na sua totalidade. Não produzimos nenhum prejuízo aos cofres municipais e temos a convicção que todos os fatos serão esclarecidos e os culpados em manchar a imagem desta Secretaria e seu Secretário, responderão judicialmente pelas calúnias, difamação e falsas acusações imputadas.



Diário da Serra®

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME

ISSN 2238-6467

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996

Edição on-line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO

Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000

Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO

Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenópolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, (Barragem do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal).

Tratagem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO

DIREÇÃO GERAL

Mano Reski

mano@diariodaserra.com.br

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA

Silvana Tormes

silvana@diariodaserra.com.br

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO

Fabiola Tormes

CONTATO

redacao@diariodaserra.com.br

DEPTO. DE ARTES

Thiago L. Machado

Viviana Bertol

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE E ASSINATURA

PUBLICIDADE LEGAL

GRÁFICA

E. Tormes & Cia Ltda-ME

Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02

CNPJ 14.048.123/0001-07

CONTATO

adm@diariodaserra.com.br

65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501

www.diariodaserra.com.br

www.ds.jor.br